

# Esforço concentrado começa hoje na Câmara e no Senado

20 MAI 1966

O sucesso do esforço concentrado a partir de hoje no Senado, vai depender da eficácia e do desempenho das votações na Câmara dos Deputados. O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, garante que colocará em plenário — com a ajuda do PFL — os 35 senadores necessários para aprovar todas as matérias apreciadas na Câmara durante estes três dias de esforço concentrado.

Além da revisão dos projetos que forem votados na Câmara, estão incluídos na pauta do Senado para este período de esforço concentrado duas mensagens do Executivo que prevêem a isenção do pagamento de contribuição à Previdência para os aposentados e a que concede, subsídio de 30 por cento aos produtores de leite; projetos de concessão de empréstimos dos Estados e Municípios, e, o mais polêmico, que regulamenta a distribuição do tempo entre os partidos para propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão.

Os projetos mais importantes e polêmicos paralisados na Câmara e no Senado pela ausência dos deputados e senadores nas votações são estes:

## PROPAGANDA ELEITORAL

Os projetos mais polêmicos, que deverão enfrentar problemas de obstrução tanto na Câmara como no Senado, são os relacionados com a nova legislação eleitoral. A princípio, o projeto de regulamentação da propaganda eleitoral não será apreciado pelo Senado, enquanto não for aprovado na Câmara dos Deputados onde as lideranças partidárias continuam buscando uma fórmula que atenda os pequenos partidos. Se até quinta-

feira à noite não chegar ao Senado projeto já aprovado na Câmara sobre a divisão do tempo, o líder do PMDB, Alfredo Campos, garante que, na sessão noturna do mesmo dia, as lideranças apresentam e votam outro projeto que já está sendo elaborado.

**CANDIDATURA NATA X SUBLEGENDA** — O projeto que extingue a candidatura nata e a sublegenda, de autoria do senador Aloysio Chaves (PFL/PA), não está incluído na pauta para este esforço concentrado, o que descarta, definitivamente a sua aprovação ainda este ano, já que não existe previsão de outro período durante os seis meses que faltam para as eleições de novembro. A maioria dos senadores, de todos os partidos, resiste à aprovação do projeto.

**ESTABILIDADE NO EMPREGO** — O projeto de autoria do líder do Governo e do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, proíbe a demissão imotivada de trabalhadores, restringindo-a a três causas: falta grave comprovada; motivo de ordem técnica; motivo de ordem econômica.

**IMÓVEIS FUNCIONAIS** — De autoria do Executivo, o projeto dispõe sobre a utilização dos imóveis residenciais da União. Na Câmara, ele recebeu uma emenda que tem provocado o adiamento da votação. O artigo terceiro do projeto proíbe a utilização das residências por servidor que seja ou tenha sido, nos últimos dois anos, proprietário de imóvel em Brasília. A polêmica está em torno do parágrafo único desse artigo que diz: “As disposições deste artigo não se aplicam a ministros de Estado, consultor e procurador-geral da Repúbli-

ca, a ministros de Tribunais, e aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança”.

A emenda apresentada pelos líderes do PTB, PDS, PT e PDT revoga esse parágrafo único, alegando que de acordo com a Constituição todos são iguais perante a lei. Além disso, estariam sendo privilegiados justamente os funcionários mais bem remunerados, como justifica o deputado Amaral Netto (PDS-RJ).

**DESATIVÇÃO DAS GRAFICAS** — O projeto de autoria do deputado Cunha Bueno (PDS-SP) dispõe sobre a desativação das unidades orgânicas das indústrias e departamentos gráficos na administração federal direta ou indireta, como também nas funções mantidas pela União. As disposições desse projeto, no entanto, não se aplicam à Casa da Moeda, Departamento de Imprensa Nacional e Centro Gráfico do Senado.

**CÓDIGO BRASILEIRO DO AR** — O projeto de lei do Código Brasileiro do Ar, revisando e atualizando o atual código em vigor, foi encaminhado ao Congresso em 1984 pelo ex-presidente João Figueiredo. O Código dispõe sobre a navegação aérea, tráfego aéreo, infraestrutura aeronáutica, tripulação, aeronave, serviços aéreos, contratos de transporte aéreo, responsabilidade civil de transportador aéreo, infrações e providências administrativas, e prazos extintos. Seus 325 artigos estão divididos em títulos, capítulos e seções.

Um dos seus pontos polêmicos é o que trata das concessões e as autorizações para as agências de cargas, limitando-as a organizações brasileiras.